

Tsui Wai Kwan critica deputados democratas por causa do artigo 23º

“Uma ignomínia para Macau”

Uma notícia de um jornal de HK provocou a ira de Tsui Wai Kwan. O deputado não gostou de saber que os dois representantes da ANMD tinham ido ao território vizinho para participar num debate sobre o artigo 23º. Lá como cá, os democratas criticaram o prazo de 40 dias de consulta pública.

■ Rui Cid

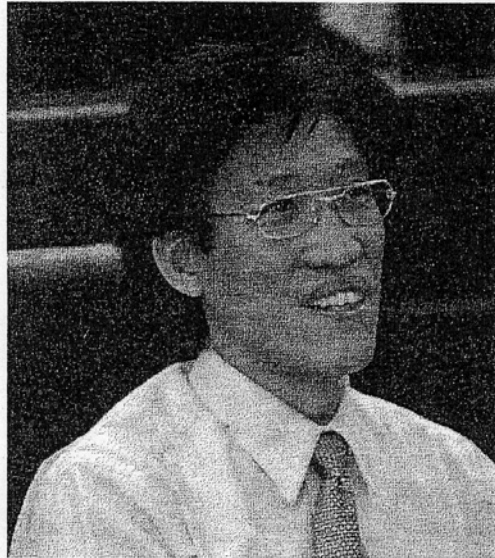
Ainda havia cadeiras vazias no hemiciclo quando Tsui Wai Kwan pôs a AL a fever. Na primeira intervenção do período de antes da ordem do dia, o empresário que se tornou deputado por nomeação directa de Edmund Ho, teceu críticas duríssimas a Au Kam San e a Ng Kuok Cheong.

No epicentro da intervenção de Tsui Wai Kwan estava uma notícia, do passado dia 10, de um jornal de Hong Kong que dava conta da participação dos deputados da ANDM numa conferência sobre o artigo 23º, cuja regulamentação em Macau conta com oposição dos democratas e outras associações políticas locais.

Para Wai Kwan, “tendo em conta a realidade do território e as opiniões da sociedade”, a iniciativa de legislar sobre a defesa da segurança nacional parte do governo da RAEM é assunto que “nada tem que ver com outras regiões”. No entanto, diz o deputado, “várias pessoas de fora interferem, de diversas formas, exagerando e perturbando propositadamente os sentimentos da população”. Wai Kwan acrescenta que essa forma de agir “dificulta o processo legislativo em Macau” e que relacionar a proposta de Lei do território com a de HK é “uma actuação e opinião irracional e inadequada”. Depois, a pergunta inflamatória - “Será que a liberdade e o Estado de Direito em Macau necessitam da protecção da gente de fora? Realmente não se percebe”.

Feita a introdução, Tsui Wai Kwan concretizou o ataque. Esquecendo-se que os democratas criticam, desde o início, o prazo de 40 dias para consulta pública, o empresário refere que “nas diversas sessões de apresentação e esclarecimento da proposta de lei relativa à defesa do estado, ao longo de 40 dias, todos os cidadãos têm direito a manifestar-se”, para depois perguntar - “Será que esses meios não são suficientes? Porque se deslocaram a HK para a discutir?”

Imparável, Wai Kwan continuou: “Embora o prazo de consulta não tenha terminado, pretendeu-se, desde logo, juntar forças do exterior para oferecer



resistência, sem se tomar em conta os residentes de Macau. Onde está então a tranquilidade social? Esta iniciativa dos deputados traduz-se numa ignomínia para Macau, merecendo a devota censura”.

Mas as críticas de Tsui Wai Kwan não se ficaram por aqui. Também o facto de o jornal noticiar que na conferência alguém teria afirmado que “cidadãos de Macau não conhecem a lei” mereceu reparos do deputado. Para Wai Kwan “é lamentável que os deputados presentes naquele evento não se tenham oposto e defendido a dignidade dos residentes da RAEM”.

“Macau é um cidade aberta”

Devido à natureza das acusações, no final da intervenção de Tsui Wai Kwan Susana Chow permitiu que Ng Kuok Cheong e Au Kam Sam se pudessem defender. Salientando que também ela não gostou de ler a notícia, a presidente da AL afirmou que era justo que os deputados se pudessem explicar perante o hemiciclo.

O primeiro a reagir foi Ng Kuok Cheong que, visivelmente desagrado, sublinhou que “é legítimo haver troca de opiniões entre políticos das duas regiões vizinhas”. Quanto à questão das críticas ao desconhecimento da lei por parte dos cidadãos do território, Ng foi directo: “Não as rebatemos porque o orador foi concreto e apresentou factos”.

Já Au Kam San preferiu destacar que a questão do artigo 23º “não é exclusiva do território”.



O deputado frisou que Macau é “uma cidade aberta” e acrescentou que os democratas “nunca

foram convidados para qualquer sessão de esclarecimento sobre o artigo 23º na RAEM”.